



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026 PROCESSO DE COMPRA Nº 22/2026

Torna-se público que a **Câmara Municipal de Cubatão** realizará licitação, para **registro de preços**, na modalidade **pregão, na forma eletrônica**, com critério de julgamento por **menor preço**, sob o **modo de disputa aberto**. O certame será regido pela **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e regulamentado internamente pela **Portaria CMC nº 384/2025**.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para a contratação de serviços de confecção sob medida e instalação de persianas modelo *double vision*, com tecido 100% poliéster na cor preta, incluindo bandô de alumínio e acionamento manual, destinadas a equipar a sede e o prédio anexo da Câmara Municipal de Cubatão**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O orçamento estimado da presente contratação **não será de caráter sigiloso**

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. No presente certame, a **participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício de exclusividade a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite no ato da proposta, conforme o art. 4º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal de Cubatão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.12. pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Câmara Municipal de Cubatão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Câmara Municipal de Cubatão.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.14. A vedação de que trata o item 2.7.11. se justifica em razão de o objeto possuir baixa complexidade técnica e valor reduzido, não justificando a soma de capacidades de múltiplas empresas. O ETP e o Mapa de Riscos fundamentam a necessidade de centralização da responsabilidade técnica em um único fornecedor para garantir a padronização estética do mesmo lote de tecido e evitar conflitos na conferência milimétrica das medidas in loco.

2.15. A vedação de que trata o item 2.7.12. se justifica pela exigência de estrutura mínima incompatível com a natureza profissional de um indivíduo autônomo. A execução do objeto requer: capacidade industrial/comercial para confecção customizada de persianas de grande porte, como as do Plenário, com 18,25 metros; equipe técnica para instalação simultânea em dois endereços e manuseio de equipamentos industriais como furadeiras com coletor de pó e níveis laser; e responsabilidade por riscos estruturais de alto impacto à infraestrutura predial revitalizada.

3. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5.1. Como, para a presente licitação, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

3.5.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- 3.5.2.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 3.5.2.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 3.5.2.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.5.2.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.5.2.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 3.5.2.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 3.5.2.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 3.5.2.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 3.5.2.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 3.5.2.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;
- 3.5.2.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e;

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário por metro quadrado e valor total do item;

4.1.2. marca;

4.1.3. fabricante;

4.1.4. quantidade cotada, devendo respeitar o total de 171,58 m².

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. No valor unitário ofertado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do objeto, tais como tributos, fretes, encargos trabalhistas e previdenciários, lucros e o ônus da logística reversa, não sendo admitido qualquer pleito de pagamento adicional a esse título.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.8.1.1. A adoção do prazo de 90 dias fundamenta-se na Recomendação nº 1/2026 da Controladoria Geral da Câmara. O órgão de controle identificou que o prazo usual de 60 dias tem se mostrado exíguo para a conclusão da análise prévia à homologação, considerando a complexidade das fases do certame e eventuais interposições de recursos. Não foram identificados óbices técnicos no Estudo Técnico Preliminar que justifiquem a manutenção do prazo inferior de 60 dias. Embora o Mapa de Riscos mencione a volatilidade de insumos como alumínio e poliéster, o valor de referência foi calculado com média saneada e atualização inflacionária recente, provendo margem de segurança para o mercado.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3. Como o critério de julgamento é o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: a) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 33, inciso X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou b) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

5.8.1. A escolha de um valor nominal fixo em reais fundamenta-se no art. 78, § 2º, inciso I, da Portaria CMC nº 384/2025, por ser a medida mais adequada para garantir o dinamismo da disputa em contratações de itens homogêneos e de valor total intermediário. Considerando o teto global estimado de R\$ 48.361,54 e a adjudicação por lote único, o intervalo de R\$ 50,00 mostra-se proporcional, permitindo uma redução gradual e competitiva do preço sem comprometer a celeridade procedimental necessária para a conclusão das análises.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa aberto**.

5.11. Como será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na referida lei;

5.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.19.2. empresas brasileiras;

5.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **6 (seis) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx#gsc.tab=0>); e



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.1.7. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei Federal nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

6.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7. FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no país, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é recomendada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. É assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10h às 17h, garantindo o acesso tanto ao edifício sede quanto ao prédio anexo dos motoristas.

7.9.2. A vistoria deverá ser agendada junto ao Gabinete do Gestor Legislativo, devendo o agendamento ser efetuado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas úteis, pelo e-mail gds@cubatao.sp.leg.br ou pelos números de telefone (13) 3362-1012, (13) 3362-1013 ou (13) 3362-1041.

7.9.3. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.4. Para a vistoria, o representante indicado pela empresa interessada deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa que representa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.9.4.1. Durante a vistoria, o licitante deverá realizar levantamento visual das superfícies de fixação, como alvenaria, gesso ou metal, identificando a necessidade de buchas e suportes específicos para garantir a estabilidade do conjunto de persiana e bandô.

7.9.4.2. O licitante deverá avaliar as rotas de acesso e logística de transporte para as persianas de grande porte, como as destinadas ao Plenário, com superfície de 18,25m, certificando-se de que possui os meios necessários para a entrega sem danos ao patrimônio público.

7.9.5. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo integralmente os riscos decorrentes de eventuais erros de dimensionamento ou dificuldades de instalação não previstas em sua



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

proposta, a qual poderá ser nos termos do modelo a constar de anexo do Edital, conforme facultado pelo art. 63, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.9.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes e a obrigação de reparar, às suas expensas, quaisquer danos causados à infraestrutura predial durante a fixação dos equipamentos.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **6 (seis) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do pregoeiro, a apresentação de novos documentos



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **6 (seis) horas**, para:

7.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.15.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015).

8. TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Câmara para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco) dias úteis**; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, conforme estabelecido no Termo de Referência, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- 9.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei Federal nº 14.133/2021; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **20 (vinte) minutos**;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação ao pregoeiro via sistema ou via e-mail cpl@cubatao.sp.leg.br.

12. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. O licitante ou a contratada que incidir nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito às seguintes sanções:

a) advertência;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com esta Câmara Municipal de Cubatão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.1.1. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara.

12.1.2. As sanções previstas nos itens “a”, “c” e “d” deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.2. Na aplicação das sanções a que se refere o item 12.1, serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Câmara;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.2.1. São circunstâncias agravantes da sanção:

12.2.1.1. a existência de registro do licitante ou da contratada no Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções ou na Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

12.2.1.2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.2.1.3. a inércia deliberada do licitante ou da contratada em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

12.2.1.4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

12.2.2. São circunstâncias atenuantes da sanção:

12.2.2.1. a falha escusável do licitante ou da contratada;

12.2.2.2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou a contratada e que não sejam de fácil identificação por esses últimos;

12.2.2.3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

12.2.2.4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.

12.3. A **advertência** será aplicada à contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Câmara.

12.4. A **multa**, aplicável à contratada ou ao licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

12.4.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;

b) 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, corridos, aplicada em acréscimo à da alínea "a";

c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.4.2. A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta seção.

12.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com esta Câmara, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

12.5. A sanção de **impedimento de licitar ou contratar no âmbito desta Câmara** será aplicada à contratada ou ao licitante pelas infrações administrativas previstas nas alíneas adiante especificadas do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

- a) por 2 (dois) meses: deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) por 4 (quatro) meses: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) por 1 (um) ano: dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) por 2 (dois) anos: dar causa à inexecução total do contrato.

12.5.1. Os prazos de que trata este item poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

12.6. A sanção de **declaração de inidoneidade** será aplicada à contratada ou ao licitante pelas infrações administrativas:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) se justificarem a imposição de penalidade mais grave:
 - 1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 2. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

12.6.1. A aplicação da sanção prevista neste item impedirá a contratada ou o licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

12.6.1.1. O prazo a que alude este item poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos.

12.6.2. Para os fins da conduta de comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.7. A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à Procuradoria Legislativa.

12.7.1. Nas contratações em que houver prestação de garantia, os emitentes desta deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.7.2. Configurada a hipótese de aplicação de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data do recebimento da notificação, cabendo ao Gestor Legislativo da Câmara decidir sobre o sancionamento.

12.7.2.1. Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá a contratada ser comunicada de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

12.7.3. Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, designados por portaria do Presidente da Câmara, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.7.3.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

12.7.3.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

12.7.3.3. Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.7.3.4. Os processos de responsabilização previstos neste item deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Procuradoria Legislativa da Câmara para fins de avaliação do seu processamento e análise jurídica.

12.7.3.5. Após a manifestação da Procuradoria Legislativa, o relatório final da comissão será encaminhado ao Gestor Legislativo da Câmara, a quem compete:

- a) aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar;
- b) encaminhar o processo ao Presidente da Câmara, autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

12.7.4. Da decisão do Gestor Legislativo da Câmara que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da intimação.

12.7.4.1. O recurso de que trata este item será dirigido ao Gestor Legislativo da Câmara, que deverá no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida.

12.7.4.2. Caso o Gestor Legislativo da Câmara decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Presidente da Câmara, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até **20 (vinte) dias úteis**.

12.7.5. Da decisão do Presidente da Câmara que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado de seu protocolo.

12.7.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

12.7.7. A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de notificação ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Fornecimento ou na Ordem de Execução de Serviços, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

mantido atualizado para os fins a que se destina, ou para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.7.7.1. Os endereços de e-mail referidos neste item serão considerados de uso contínuo, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.7.7.2. Resultando infrutífera a intimação por meio do endereço eletrônico, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão.

12.8. A imposição das sanções previstas no presente instrumento não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Câmara Municipal de Cubatão.

12.9. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo Municipal - CADIN Municipal e as providências de inscrição do débito na Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

12.10. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

12.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.13. Independentemente da instauração de processo sancionatório, o Presidente da Câmara poderá determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.14. Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo na Câmara Municipal de Cubatão.

12.14.1. Considera-se dia do começo do prazo:

- a) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;
- b) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

12.14.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

12.15. Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no SICAF, na Relação de Apenados, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de **15 (quinze) dias úteis**.

12.16. É admitida a reabilitação do licitante ou da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

12.16.1. A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12.17. Os débitos da contratada para com a Câmara Municipal de Cubatão, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com a contratante.

13. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por campo próprio da plataforma eletrônica utilizada ou via e-mail cpl@cubatao.sp.leg.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cubatao.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos> .

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar;

14.11.2. ANEXO II - Termo de Referência;

14.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta;

14.11.4. ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.11.4.1. CADASTRO RESERVA;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

14.11.4.2. ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO;

14.11.4.3. ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO
TCE-SP.

14.11.5. ANEXO V - Minuta de Contrato;

14.11.6. ANEXO VI - Declaração de Vistoria ou de Renúncia de Vistoria.

Cubatão, 5 de maio de 2026.

ALEXANDRE MENDES DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Cubatão



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Processo de Compra nº 22/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1. No âmbito desta Câmara Municipal de Cubatão, a Portaria nº 384, de 28 de novembro de 2025, estabelece o rito procedimental para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento que constitui a pedra angular da fase preparatória e tem como objetivo principal identificar a solução mais vantajosa para a administração, considerando não apenas o custo direto, mas o ciclo de vida do objeto, sua funcionalidade e o impacto socioambiental.

1.2. Este estudo debruça-se sobre a necessidade de equipar as dependências da Casa Legislativa com persianas do modelo double vision, integrando as demandas da Unidade Requisitante com as diretrizes de planejamento anual e as condicionantes impostas pela reforma predial em curso.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A necessidade que motiva o presente processo de contratação situa-se no campo da infraestrutura necessária para o exercício digno e eficiente da função pública, uma vez que a Câmara possui uma arquitetura que contempla amplas superfícies envidraçadas, o que, embora favoreça a estética e a iluminação natural, impõe desafios em termos de conforto térmico e luminotécnico.

2.2. A incidência direta de radiação solar nos ambientes internos, especialmente em períodos de altas temperaturas característicos da região, resulta em um fenômeno de elevação térmica que sobrecarrega os sistemas de climatização e gera desconforto ocupacional para servidores, parlamentares e cidadãos.

2.3. O excesso de luminosidade não filtrada prejudica a ergonomia visual nos postos de trabalho, de modo que o reflexo em telas de monitores e equipamentos eletrônicos podem obrigar os funcionários a adotar posturas inadequadas ou a forçarem a visão, o que pode levar a um aumento no absenteísmo por razões de saúde e à queda da produtividade institucional.

2.4. Além do fator humano, há uma preocupação premente com a preservação do patrimônio público, já que a exposição prolongada aos raios ultravioleta é um agente catalisador da deterioração de mobiliários, estofados e componentes plásticos de equipamentos de informática, causando desbotamento e ressecamento prematuro.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

2.5. Somada a esses fatores, a privacidade administrativa e parlamentar emerge como uma necessidade acessória importante, porque diversos setores da Câmara realizam atendimentos a autoridades e munícipes, além de reuniões de caráter estratégico que exigem um controle efetivo da visibilidade externa para interna.

2.6. As persianas instaladas anteriormente foram essenciais para dar início a esse processo, mas a contratação levada a efeito pelo Processo de Compra nº 7/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 5/2024, encerrou sua vigência em 3 de março de 2026 sem suprir todas as áreas necessárias, especialmente diante da reconfiguração dos espaços provocada pela reforma.

2.7. Portanto, o problema a ser resolvido é a ausência de um sistema uniforme de proteção solar e privacidade que acompanhe a nova estrutura física da Câmara, garantindo eficiência energética, conforto térmico e proteção patrimonial.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1. Conforme o artigo 35, inciso II, da Portaria nº 384/2025, o ETP deve demonstrar a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual - PCA. No caso em tela, a demanda está devidamente consignada no PCA do exercício de 2026, vinculada ao Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 36, item 1.

3.2. A presente contratação está intrinsecamente ligada à proposta administrativa de reorganização e adequação decorrente da reforma predial atualmente em execução e prestes a ser finalizada. Ao planejar a compra das persianas de forma concomitante às etapas finais da reforma, a Administração evita a falta de estrutura das salas e garante que as especificações técnicas, como cores e materiais, das persianas contribuam para a uniformidade estética do complexo administrativo. Essa integração reflete a aplicação do princípio do planejamento, inserido no rol de princípios norteadores do artigo 2º da Portaria 384/2025, buscando a racionalização dos gastos e a eficácia na entrega dos resultados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O modelo selecionado é o tipo rolô double vision, solução que se destaca no mercado corporativo pela capacidade de alternar entre faixas horizontais opacas e translúcidas, permitindo um controle dinâmico da luminosidade sem abdicar totalmente da visão externa.

4.2. O tecido deve ser composto por 100% poliéster na cor preta, escolha fundamentada na durabilidade do material sintético em ambientes de uso intensivo e na facilidade de higienização, bastando o uso de métodos simples como espanador ou aspirador de pó com bocal de escova.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.3. A gramatura do tecido é um requisito essencial para garantir a estabilidade dimensional da persiana, evitando deformações laterais que comprometam o alinhamento das faixas horizontais.

4.4. Embora o DOD inicial não especificasse o valor exato, a resposta à diligência administrativa confirmou que o Termo de Referência deverá prever uma gramatura mínima compatível com o padrão técnico de mercado para persianas de alto desempenho, tipicamente variando entre 145 g/m² a 390 g/m² dependendo da coleção, sendo que para o uso pretendido recomenda-se densidade superior para assegurar o bloqueio parcial efetivo.

4.5. A estrutura das persianas deve ser reforçada, contemplando o fornecimento de bandô em alumínio com acabamento de alta qualidade, preferencialmente pintura eletrostática, para proteção do rolo superior e harmonização estética.

4.6. O sistema de acionamento será manual, por meio de corrente lateral de nylon, bola 10, de alta resistência, equipada com pêndulo de peso adequado para manter a tensão do sistema e facilitar o manuseio pelos usuários. A escolha pelo acionamento manual em detrimento do motorizado justifica-se pela menor complexidade de manutenção e ausência de necessidade de infraestrutura elétrica adicional nos vãos das janelas, o que representaria um custo adicional imprevisto na reforma civil.

4.7. Conforme esclarecido na diligência junto à Unidade Requisitante, as dimensões listadas no DOD já incorporam uma margem de transpasse técnico de 10 cm para cada lado e para a altura. Esse transpasse é essencial para garantir que a luz solar não penetre pelas frestas laterais e para assegurar a cobertura completa do vão da janela, mantendo o desempenho térmico e a privacidade. Inobstante, a empresa contratada será responsável pela conferência final das medidas in loco antes da produção, evitando riscos de erro de fabricação.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. A quantificação da demanda foi estruturada pela Divisão Administrativa, mapeando cada setor, o número de janelas e suas respectivas dimensões. A área total estimada é de 171,58 m².

5.2. Inicialmente, o DOD sugeria a aplicação de um acréscimo linear de 20% sobre o total global, elevando a demanda para 205,9 m², sob a justificativa de incertezas métricas decorrentes da reforma predial. Todavia, após a análise preliminar desta CPCC e a concordância da Unidade Requisitante, optou-se pela substituição desse acréscimo fixo pela adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.3. A adoção do SRP configura-se como a medida mais eficiente e condizente com o princípio da economicidade, pois permite que a Câmara realize as contratações de forma parcelada, acompanhando a liberação gradativa dos ambientes reformados. No SRP, o quantitativo registrado serve como um teto máximo, desonerando a administração da obrigação de adquirir a totalidade se a metragem final, após os acabamentos das obras civis, demonstrar-se inferior ao estimado.

5.4. Abaixo, detalha-se a memória de cálculo setorizada:

ITEM	LOCAL DE INSTALAÇÃO	DETALHAMENTO DAS JANELAS (LxH EM METROS)	QUANTIDADE (M²)
1	Divisão Administrativa	janela 1: 8,90 x 1,60 janela 2: 9,41 x 1,60	29,30
2	Licitação	1 janela de 5,52 x 2,14	11,82
3	Plenário / Videoconferência	piso térreo: 18,25 x 1,55	28,29
4	Manutenção	2 janelas de 1,75 x 1,29	4,51
5	Limpeza	2 janelas de 1,75 x 1,29	4,51
6	Corredor piso superior	6 janelas de 1,75 x 1,28	13,44
7	Recepção - vigilantes	1 janela de 1,75 x 1,29	2,25
8	Sala de espera superior	1 janela de 1,75 x 1,29	2,25
9	Copa piso térreo	janela 1: 1,18 x 6,12 janela 2: 1,18 x 6,15	14,47
10	Almoxarifado superior	sala 1: 4 janelas 1,28 x 1,80 sala 2: 4 janelas 1,36 x 1,80	19,00
11	Sala dos advogados	1 janela de 5,55 x 3,30	18,31
12	Sala dos motoristas	salas 1 e 2 com medidas variáveis conforme DOD	23,43
Total	Geral estimado	-	171,58

5.5. O item 12 apresenta uma especificidade logística, pois será instalado no endereço Rua Embaixador Pedro de Toledo, 721, prédio anexo da Câmara de estacionamento dos servidores,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

exigindo deslocamento da equipe técnica para local diverso da sede principal situado ao lado desta.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. O levantamento de mercado consistiu na análise das alternativas de proteção solar disponíveis, confrontando-as com as necessidades específicas de uma repartição pública de alto fluxo e exigência estética.

6.1.1. A persiana rolô comum, de tela solar ou blackout, foi a primeira alternativa considerada. O modelo de tela solar é amplamente utilizado em ambientes corporativos por filtrar os raios UV e manter a visibilidade externa, porém não oferece a versatilidade de privacidade total em determinados momentos do dia. Já o modelo blackout bloqueia 100% da luz, sendo ideal para salas de projeção, mas excessivamente restritivo para ambientes administrativos comuns, onde o escurecimento total exigiria o uso ininterrupto de iluminação artificial, elevando o custo operacional de energia.

6.1.2. A persiana double vision surge como a solução técnica intermediária e superior. Ao combinar faixas translúcidas e opacas em duas camadas de tecido, ela permite ao usuário ajustar a sobreposição para obter desde a claridade difusa até a privacidade quase total. Essa característica é essencial para gabinetes parlamentares e salas de reunião onde a confidencialidade e o conforto visual precisam coexistir.

6.1.3. Outrossim, a manutenção do padrão double vision na cor preta justifica-se pela necessidade de uniformidade estética em um edifício que passou por uma revitalização completa. A utilização de materiais díspares em janelas vizinhas ou setores adjacentes prejudicaria a identidade visual da Câmara e desvalorizaria o investimento realizado na reforma.

6.1.4. Economicamente, a escolha do poliéster 100% é validada por sua longa vida útil e baixa necessidade de manutenção especializada, o que reduz o custo total de propriedade da solução ao longo de cinco a dez anos¹. Comparativamente, persianas de madeira ou alumínio apresentam custos de manutenção e riscos de deformação superiores em ambientes com alta incidência de umidade e salinidade, comuns em cidades litorâneas como Cubatão.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

¹ <https://tuttidecor.com.br/blog/vantagens-persiana-escritorios/>



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.1. O valor total estimado da contratação é o constante da Nota Técnica de Pesquisa de Preços anexada a este ETP.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução pretendida é um serviço integrado de adequação ambiental, abarcando um projeto que envolve diagnóstico, confecção personalizada e instalação técnica.

8.2. A solução abrange os seguintes elementos integrados:

8.2.1. O fornecedor deverá validar todas as medidas antes da confecção e preferencialmente após a conclusão das obras civis nos vãos das janelas, assegurando que a confecção considere as variações de milímetros decorrentes da pintura e acabamentos.

8.2.2. As persianas serão produzidas respeitando os transpasses de 10 cm e as especificações de cor preta e tecido 100% poliéster.

8.2.3. O serviço inclui o transporte seguro até a sede da Câmara e seu anexo, a fixação de suportes compatíveis com a estrutura do teto ou parede, incluindo buchas para gesso/drywall se necessário, e o teste funcional de todos os mecanismos de acionamento.

8.2.4. A solução inclui a gestão contratual pela Divisão Administrativa.

8.2.5. A solução abrange a garantia técnica mínima de 12 meses, contados a partir do recebimento definitivo, cobrindo tanto defeitos de fabricação dos materiais (poliéster, alumínio e polímeros) quanto vícios no serviço de instalação. A assistência deve ser prestada mediante suporte assistido, garantindo a funcionalidade plena dos ambientes administrativos.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. No presente caso, a análise conclui pelo **não parcelamento do objeto em lotes**, devendo a adjudicação ocorrer de forma global para um único fornecedor.

9.1.1. A decisão fundamenta-se na necessidade de padronização estética e funcional. O parcelamento entre empresas distintas poderia resultar na entrega de persianas com variações de tonalidade no tecido preto, decorrentes de diferentes lotes de fabricação, disparidades no design dos bandôs e diferenças no desempenho dos mecanismos de acionamento.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.2. Outrossim, a centralização da responsabilidade técnica em uma única empresa simplifica a gestão do contrato e a fiscalização. Em caso de defeitos, a Câmara possui um único interlocutor, evitando conflitos de responsabilidade sobre a compatibilidade de componentes ou serviços de instalação. O lote único também atrai empresas com maior capacidade técnica e logística, capazes de atender ao volume total de 171,58 m² com a agilidade requerida, aproveitando ganhos de escala para oferecer preços unitários mais competitivos.

9.3. Ressalte-se que, embora a contratação não seja parcelada quanto ao objeto, o **serviço será realizado de forma parcelada**. As confecções, as entregas e as instalações ocorrerão de acordo com as necessidades da Câmara, mediante emissão de ordem de execução de serviço.

9.4. A análise da divisibilidade do objeto seguiu as diretrizes do art. 35, inciso VIII, da Portaria CMC nº 384/2025.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. A contratação visa atingir resultados mensuráveis em termos de eficiência administrativa e bem-estar público.

10.1.1. Espera-se uma redução indireta no consumo de energia elétrica, uma vez que persianas com alto fator de proteção UV e poliéster de densidade adequada bloqueiam a radiação infravermelha, mantendo os ambientes internos mais frescos. O uso correto de persianas rolô tela solar ou double vision pode reduzir em até 30% a necessidade de refrigeração forçada em períodos de pico de calor².

10.1.2. Aumento da vida útil de móveis e computadores pela filtragem de até 99% dos raios UV-A e UV-B, retardando a depreciação do ativo imobilizado da Câmara.

10.1.3. Melhoria imediata no conforto visual dos servidores, eliminando o ofuscamento em telas de computadores, o que contribui para a conformidade com as normas de ergonomia e saúde do trabalhador.

10.1.4. Conclusão da etapa estética da reforma predial, garantindo que as dependências da Câmara apresentem um aspecto moderno, profissional e uniforme para receber autoridades e o público em geral.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

² <https://tuttidecor.com.br/blog/vantagens-persiana-escritorios/>



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

11.1. Para viabilizar a execução satisfatória da futura contratação, a administração da Câmara deve providenciar:

11.1.1. Conforme o artigo 16 da Portaria 384/2025, a designação formal de um Gestor, um Fiscal Técnico e um Fiscal Administrativo para acompanhar cada ordem de fornecimento emitida via SRP;

11.1.2. A Divisão Administrativa deve monitorar o avanço da Etapa 5 da reforma predial (Contrato nº 12/2026) para emitir as ordens de serviço apenas quando as superfícies de fixação estiverem prontas, evitando que as persianas novas sejam expostas a resíduos de construção;

11.1.3. Verificação prévia da ausência de infiltrações ou problemas estruturais nos vãos das janelas que possam comprometer a fixação dos suportes das persianas.

11.2. Previamente à assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração deverá confirmar a disponibilidade orçamentária para o exercício de 2026, visto que a demanda já consta prevista no PCA de 2026.

11.3. Antes da contratação, deverá a Administração consultar os seguintes cadastros, em relação à pretensa contratada:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

g) Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>).

11.4. Conforme exigido pelo art. 35, § 5º, da Portaria CMC nº 384/2025, o Mapa de Riscos da contratação segue em anexo a este ETP para identificar e evitar eventuais riscos na seleção e gestão do fornecedor.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

12.1. A principal interdependência identifica-se com o Contrato nº 12/2026, referente à reforma geral das edificações. O sucesso da instalação das persianas é condicionado pela finalização dos serviços de pintura e esquadrias previstos na referida obra civil. Não há vinculação com outros DODs vigentes, mas o planejamento deve considerar a futura contratação de serviços de limpeza predial, orientando a equipe terceirizada sobre os métodos corretos de higienização do tecido de poliéster para evitar danos por uso de produtos químicos abrasivos.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

13.1. A contratação de bens fabricados em materiais sintéticos exige uma análise cuidadosa do impacto ambiental e da promoção da sustentabilidade, conforme o artigo 35, inciso XII, da Portaria 384/2025.

13.2. O poliéster é um derivado de recursos não renováveis e possui um longo tempo de decomposição, podendo superar um século se descartado em aterros comuns. Além disso, a produção é intensiva em energia e pode gerar emissões de gases de efeito estufa. No entanto, a alta durabilidade do material escolhido é, por si só, uma medida mitigadora, pois reduz o volume de resíduos gerados por substituições frequentes.

13.3. Propõe-se as seguintes medidas mitigadoras e de logística reversa:

13.3.1. Exigência contratual para que a empresa vencedora recolha as persianas antigas, se houver, e as encaminhe para reciclagem ou descarte adequado.

13.3.2. Seleção de tecidos que comprovadamente reduzam a absorção de calor, diminuindo o consumo elétrico do edifício.

13.3.3. A conferência de medidas evita desperdício de matéria-prima por erro de corte na produção customizada.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

13.4. A Câmara deverá fiscalizar o cumprimento das normas de sustentabilidade, exigindo que a contratada apresente comprovantes de destinação final adequada dos resíduos gerados durante a instalação, como embalagens plásticas e sobras de perfis de alumínio.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Com base nos elementos e levantamentos apresentados, este Estudo Técnico Preliminar conclui pela **adequação e viabilidade da contratação de empresa especializada para a confecção e instalação de persianas modelo double vision para esta Câmara Municipal de Cubatão**. A solução proposta harmoniza a necessidade de modernização tecnológica e estética do edifício legislativo com os princípios da eficiência energética e proteção ao erário, bem como a manutenção da padronização estabelecida com a contratação anterior.

14.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços, aliada às especificações de tecido 100% poliéster com transpasse técnico e bandô de alumínio, configura a estratégia mais vantajosa para assegurar a continuidade das atividades administrativas com o máximo de conforto e o mínimo de risco patrimonial.

14.3. Estão presentes todos os elementos necessários para a elaboração do Termo de Referência, observadas as providências estabelecidas na Portaria nº 384/2025.

15. RESPONSÁVEL

15.1. O presente ETP foi elaborado por Daniel José Feitosa Santos, Coordenador de Planejamento de Compras e Contratações, com base nas informações fornecidas pela Unidade Requisitante e na pesquisa de outras contratações públicas de mesmo objeto, de natureza opinativa, a ser analisado e ratificado pela autoridade competente desta Casa.

Cubatão/SP, data da assinatura digital.

Daniel José Feitosa Santos

Coordenador de Planejamento de Compras e Contratações - matrícula 2232



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo de Compra nº 22/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de **confeção sob medida e instalação de persianas modelo *double vision*, com tecido 100% poliéster na cor preta, incluindo bandô de alumínio e acionamento manual, destinadas a equipar a sede e o prédio anexo da Câmara Municipal de Cubatão**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e especificações deste Termo de Referência.

ITEM	CATSER sugerido	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO
1	25321	Serviços de confecção sob medida e instalação de persianas modelo <i>double vision</i> , com tecido 100% poliéster na cor preta, incluindo bandô de alumínio e acionamento manual, destinadas a equipar a sede e o prédio anexo da Câmara Municipal de Cubatão.	M²	171,58	R\$ 281,86
VALOR TOTAL GERAL ESTIMADO					R\$ 48.361,54

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e em observância ao art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 62 da Portaria CMC nº 384/2025.

1.2.1. A fundamentação para tal enquadramento encontra-se no fato de que os padrões de desempenho e qualidade das persianas *double vision* podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, não demandando o emprego de metodologia científica ou expertise técnica singular para sua execução. A solução adotada baseia-se em parâmetros consolidados, como gramatura de tecido entre 145 g/m² a 390 g/m² e componentes de alumínio e nylon amplamente disponíveis e padronizados, o que permite o julgamento das propostas pelo critério de menor preço, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de **1 (um) ano**, contado da data de **publicação do extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão**, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados e concordância do fornecedor, na forma do artigo 105 c/c art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do artigo 320 da Portaria CMC nº 384/2025.

1.3.1. O prazo de vigência de cada contrato derivado da Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, contados da data de **publicação do extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão**, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3.1.1. A vigência contratual de 12 meses justifica-se pela interdependência da execução com a liberação das salas em decorrência da reforma predial, permitindo o parcelamento das ordens de serviço e a necessária conferência final de medidas *in loco* após o acabamento civil das janelas.

1.3.1.2. Por se tratar de contratação por escopo, o prazo de vigência poderá ser prorrogado automaticamente para o fiel cumprimento do objeto, caso as obras civis do edifício sede impossibilitem a instalação definitiva das persianas dentro do período originalmente pactuado ou haja alguma motivação diversa justificada, nos termos do artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do artigo 215 da Portaria CMC nº 384/2025.

1.3.1.3. A vigência contratual abrange a execução do fornecimento, instalação e os procedimentos de recebimento definitivo, sem prejuízo da manutenção da garantia técnica mínima de 12 (doze) meses prevista nas especificações do objeto.

1.4. O serviço é enquadrado como **não contínuo ou contratado por escopo**.

1.4.1. A contratação visa à entrega de um resultado predeterminado e específico, qual seja, a equipagem de setores legislativos e administrativos com 171,58 m² de persianas. Diferente de serviços de natureza contínua, que exigem manutenção ininterrupta para a preservação de bens ou atividades permanentes, a presente demanda encerra-se com a instalação definitiva do objeto e o decurso do período de garantia técnica de 12 meses. Ressalte-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços - SRP não transmuta a natureza de escopo do serviço, mas serve como ferramenta de gestão para viabilizar as instalações de forma parcelada, acompanhando a evolução da reforma física das dependências da Câmara.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

1.5. Em caso de eventual divergência entre a descrição dos itens do catálogo eletrônico de padronização federal (CATSER sugerido) e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste instrumento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar constante dos autos.

2.2. Em cumprimento ao artigo 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e regulamentado pelos artigos 23 a 33 da Portaria nº 384/2025, **a demanda foi devidamente inserida no Plano de Contratações Anual - PCA de 2026 da Câmara Municipal de Cubatão**. O DOD indica expressamente, em seu item 1.6, que a contratação está prevista no PCA 2026 sob o código **DFD 36**.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar constante dos autos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. A persianas *double vision* deverão possuir comprovada durabilidade e estabilidade dimensional, com tecido composto por 100% poliéster e gramatura mínima situada na faixa de 145 g/m² a 390 g/m², visando estender o ciclo de vida do ativo imobilizado e reduzir a necessidade de substituições precoces, em consonância com o princípio da racionalização do gasto público;

4.1.1.2. A contratada deverá implementar sistema de logística reversa para as embalagens plásticas e de papelão utilizadas no transporte das persianas, nos termos do Decreto Federal nº 12.688, de 21 de outubro de 2025, priorizando a destinação para cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Outrossim, deverá realizar a remoção e destinação ambientalmente adequada das persianas



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

antigas e sobras de instalação, como alumínio e polímeros, apresentando os comprovantes de descarte técnico ao Fiscal do Contrato;

4.1.1.3. A solução deverá assegurar o bloqueio efetivo de radiações ultravioletas e o controle dinâmico da luminosidade, contribuindo para a redução da carga térmica nos ambientes e, conseqüentemente, diminuindo o consumo de energia elétrica pelos sistemas de climatização central da Câmara, conforme diagnosticado na fase de planejamento;

4.1.1.4. Durante a execução dos serviços de instalação técnica, a contratada deverá assegurar que seus empregados adotem postura de urbanidade e respeito amplo ao público e aos servidores, cumprindo as diretrizes antidiscriminatórias e de promoção da dignidade da pessoa humana estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, evitando qualquer prática de discriminação por motivo de raça, gênero, orientação sexual ou deficiência;

4.1.1.5. Os componentes de alumínio e os sistemas de acionamento em nylon não deverão conter substâncias perigosas em concentrações acima dos limites permitidos pelas normas técnicas vigentes, visando preservar a saúde dos usuários e a qualidade do ar interno nas dependências legislativas.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2.1.1. A vedação à subcontratação justifica-se pela interdependência das etapas de execução. Conforme o Estudo Técnico Preliminar, a contratada deve assegurar a compatibilidade total entre a gramatura do tecido, de 145 g/m² a 390 g/m², o lote de tingimento, na cor preta única, e os suportes de fixação em alumínio.

4.2.1.2. A centralização da responsabilidade em uma única empresa é medida preventiva essencial contra o Risco 3 do Mapa (Erros de fabricação por falha na conferência de medidas), transferindo à contratada o dever de validação técnica direta antes da produção das peças, conforme as diretrizes de planejamento da Portaria nº 384/2025.

4.3. Garantia da contratação



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, e os arts. 190 a 211 da Portaria CMC nº 384/2025, **com validade durante a execução do contrato e 120 (cento e vinte) dias após o término da vigência contratual**, visando cobrir eventuais vícios ocultos nos mecanismos de acionamento ou falhas na instalação técnica.

4.3.1.1. A exigência de garantia contratual fundamenta-se na necessidade de prevenir riscos críticos identificados no planejamento, garantindo a incolumidade do patrimônio público e a eficácia da reforma predial em curso.

4.3.1.2. A justificativa mais premente decorre do Risco 6 identificado no Mapa de Riscos. A instalação das persianas e dos bandôs de alumínio exige furações em paredes e estruturas de gesso/drywall em ambientes que acabaram de passar por uma revitalização completa decorrente da obra de reforma. Eventuais perfurações acidentais em tubulações hidráulicas ou redes elétricas e de lógica podem causar prejuízos imediatos de alto impacto, como inundações ou curtos-circuitos. A garantia contratual assegura, nos termos do art. 209, inciso IV, da Portaria 384/2025, que a contratada repare tais danos às suas próprias custas, sem ônus adicional ou necessidade de novas licitações emergenciais para reparos.

4.3.1.3. A Nota Técnica de Pesquisa de Preços revelou uma volatilidade significativa no mercado. O Risco 4 do Mapa de Riscos aponta para a possibilidade de mergulho de preços, na qual licitantes ofertam valores excessivamente baixos e, posteriormente, entregam materiais de baixa qualidade ou abandonam a execução por falta de fôlego financeiro. A garantia atua como um filtro de solidez financeira e seriedade do fornecedor, desestimulando aventuras jurídicas que frustrariam o objetivo da Administração.

4.3.1.4. Conforme o ETP, a instalação depende de uma interdependência com a obra de reforma, exigindo que a empresa vencedora realize medições finais milimétricas após o acabamento das janelas. Caso a empresa erre a confecção customizada por negligência nessa etapa, a garantia contratual protege a Câmara contra o desperdício de recursos e assegura a substituição integral do lote por descumprimento de requisito técnico essencial.

4.3.1.5. O objeto possui um ciclo de vida estimado de 5 a 10 anos, dependendo da estabilidade dimensional do tecido e do mecanismo de acionamento. A Portaria 384/2025, em seu art. 192, § 2º, prevê que a vigência estendida da garantia se destina a cobrir obrigações residuais e vícios identificados após a entrega. Sem a



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

garantia, a Câmara ficaria vulnerável a falhas prematuras nos cordões de nylon ou deformações no tecido preto que não fossem detectadas no ato do recebimento provisório.

4.3.1.6. Por fim, o art. 190, § 1º, da Portaria 384/2025 estabelece que a garantia protege contra multas moratórias, prejuízos diretos e custos de reparação. Dado que o valor global estimado é de R\$ 48.361,54, a fixação de uma garantia de 5% representa um montante proporcional de R\$ 2.418,07 que não restringe a competitividade, mas oferece segurança suficiente para o ressarcimento de danos imediatos à infraestrutura desta Casa Legislativa.

4.3.2. A Contratada poderá optar por uma das modalidades previstas no art. 191 da Portaria nº 384/2025, quais sejam, caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total da contratação**.

4.3.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la obrigatoriamente antes da assinatura do contrato, sob pena de preclusão do direito de escolha dessa modalidade, nos termos do art. 185, § 5º, da Portaria nº 384/2025.

4.3.3.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas, conforme art. 198, inciso II, da Portaria 384/2025.

4.3.3.2. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência e valor do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, devendo o reforço ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do termo aditivo ou apostilamento.

4.3.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.3.4. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no ato da assinatura, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou fiança bancária.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.3.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil, estabelecendo a solidariedade entre o fiador e a contratada, nos moldes do art. 202, inciso II, da Portaria 384/2025.

4.3.6. A garantia assegurará, sob pena de não aceitação ou execução, o pagamento de:

4.3.6.1. Prejuízos diretos causados à infraestrutura da Câmara Municipal, como redes elétrica, hidráulica e lógica, durante a instalação das persianas e bandôs;

4.3.6.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada por atrasos na entrega ou entrega de materiais em desconformidade com a amostra aprovada;

4.3.6.3. Custos de reparação, correção ou substituição de peças que apresentem defeitos de fabricação ou vícios no serviço de instalação durante o período de garantia técnica de 12 meses.

4.3.7. Caso a garantia seja utilizada total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição ou reforço no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, sob pena de infração contratual grave.

4.3.8. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução de todas as obrigações contratuais e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor da contratação, desde que não restem pendências de reparação de danos ou substituição de materiais.

4.3.9. A Contratada autoriza a Câmara a reter, a qualquer tempo, os pagamentos devidos em caso de não manutenção ou não renovação da garantia nos prazos estipulados, conforme art. 211, inciso II, da Portaria 384/2025.

4.4. Vistoria

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços **é recomendada** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, considerando-se a interdependência com a reforma predial em curso e os riscos de interferência com infraestruturas elétricas e hidráulicas embutidas.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

4.4.2. É assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10h às 17h, garantindo o acesso tanto ao edifício sede quanto ao prédio anexo dos motoristas.

4.4.3. A vistoria deverá ser agendada junto ao Gabinete do Gestor Legislativo, devendo o agendamento ser efetuado com **antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas úteis**, pelo e-mail gds@cubatao.sp.leg.br ou pelos números de telefone (13) 3362-1012, (13) 3362-1013 ou (13) 3362-1041.

4.4.4. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4.4.5. Para a vistoria, o representante indicado pela empresa interessada deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa que representa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.5.1. Durante a vistoria, o licitante deverá realizar levantamento visual das superfícies de fixação, como alvenaria, gesso ou metal, identificando a necessidade de buchas e suportes específicos para garantir a estabilidade do conjunto de persiana e bandô.

4.4.5.2. O licitante deverá avaliar as rotas de acesso e logística de transporte para as persianas de grande porte, como as destinadas ao Plenário, com superfície de 18,25 m², certificando-se de que possui os meios necessários para a entrega sem danos ao patrimônio público.

4.4.6. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, **deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo integralmente os riscos decorrentes de eventuais erros de dimensionamento ou dificuldades de instalação não previstas em sua proposta**, a qual poderá ser nos termos do modelo a constar de anexo do Edital, conforme facultado pelo art. 63, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

decorrentes e a obrigação de reparar, às suas expensas, quaisquer danos causados à infraestrutura predial durante a fixação dos equipamentos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega

5.1.1. A execução do objeto seguirá uma dinâmica pautada pela eficiência logística e pelo respeito às especificações técnicas definidas no ETP. A natureza de serviço por escopo ou não contínuo determina que a obrigação da contratada encerra-se com a instalação definitiva do quantitativo total de persianas, observado o período de garantia técnica de 12 meses. A dinâmica de execução deve prevenir riscos operacionais, como furações indevidas em redes hidráulicas ou elétricas, e garantir que a estética da reforma predial seja preservada.

5.1.1.1. A contratada deverá iniciar a execução do objeto em até **5 (cinco) dias úteis** contados da emissão da respectiva **Ordem de Execução de Serviço - OES**. A adoção da OES como ferramenta de execução é uma escolha estratégica fundamentada no artigo 189, inciso IV, da Portaria 384/2025, permitindo que o Gestor da Contratação autorize o início do trabalho apenas quando os ambientes reformados estiverem fisicamente aptos a receber os equipamentos, sem risco de danos por poeira ou infiltrações residuais. O prazo estabelecido considera a necessidade de mobilização técnica e o deslocamento da equipe para a sede da Câmara e seu prédio anexo.

5.1.1.2. A execução do serviço integrado de fornecimento e instalação de persianas será decomposta em etapas sequenciais, cada uma vinculada a um controle de conformidade exercido pelo Fiscal Técnico e pelo Fiscal Administrativo, conforme a segregação de funções instituída pela Portaria 384/2025.

5.1.1.2.1. Etapa I: diagnóstico e validação métrica in loco

5.1.1.2.1.1. A primeira rotina obrigatória após a emissão da OES é a visita técnica para conferência de medidas.

5.1.1.2.1.2. O Mapa de Riscos classifica como de alta probabilidade o risco de incerteza métrica decorrente da reforma predial (Risco 3). Variações de milímetros causadas pela aplicação de gesso, pintura ou troca de esquadrias podem tornar as peças inúteis se fabricadas exclusivamente com base em projetos executivos.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.1.1.2.1.3. Assim, o método de execução exige que a contratada realize medições finais em cada vão de janela, validando o transpasse técnico de 10 cm em cada lado e na altura, essencial para impedir a entrada de luz solar pelas frestas laterais.

5.1.1.2.2. Etapa II: confecção e tecnologia de materiais

5.1.1.2.2.1. A produção das persianas deve empregar tecnologia de alto desempenho corporativo. O material selecionado é o tecido 100% poliéster na cor preta, com gramatura mínima situada na faixa de 145 g/m² a 390 g/m². A escolha por essa tecnologia fundamenta-se na estabilidade dimensional, que evita deformações laterais e garante o alinhamento perfeito das faixas horizontais do modelo double vision.

5.1.1.2.2.2. O sistema de acionamento deve ser obrigatoriamente manual, composto por corrente lateral de nylon bola 10 de alta resistência e pêndulo de peso adequado para manter a tensão do sistema.

5.1.1.2.2.3. A utilização de bandô de alumínio com acabamento em pintura eletrostática é requisito essencial para a proteção do rolo superior e harmonização estética com a arquitetura revitalizada da Câmara.

5.1.1.2.3. Etapa III: instalação técnica e segurança estrutural

5.1.1.2.3.1. A instalação constitui a etapa de maior criticidade no que tange à integridade predial. O Risco 6 do Mapa de Riscos alerta para o perigo de perfuração acidental de tubulações hidráulicas ou infraestrutura elétrica oculta durante a fixação dos suportes.

5.1.1.2.3.2. Portanto, a rotina de execução determina que a instalação seja obrigatoriamente acompanhada por um servidor designado que detenha o conhecimento das plantas da reforma civil.

5.1.1.2.3.3. Os métodos de fixação devem utilizar suportes em alumínio reforçado, compatíveis com a estrutura do teto ou parede, garantindo a estabilidade total das peças de grande porte, como as do Plenário, que possuem superfície de 18,25 m².

5.1.1.2.4. Etapa IV: testes funcionais e recebimento

5.1.1.2.4.1. Após a montagem, a contratada deve realizar testes funcionais em 100% dos mecanismos de abertura e fechamento. O



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

procedimento inclui a verificação do nivelamento das faixas e a paridade cromática entre os lotes instalados.

5.1.1.2.4.2. O Fiscal Técnico realizará o recebimento provisório confrontando as peças entregues com a amostra aprovada, recusando lotes com variações de tonalidade ou tecidos com fios puxados. O recebimento definitivo ocorrerá em até **5 (cinco) dias úteis** após o ateste técnico e administrativo, conforme o artigo 250 da Portaria 384/2025.

5.1.1.2.5. **Etapas V: logística reversa e sustentabilidade**

5.1.1.2.5.1. Em conformidade com o artigo 35, inciso XII, da Portaria 384/2025 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o modelo de execução inclui a gestão de resíduos sólidos.

5.1.1.2.5.2. A contratada é obrigada a recolher as embalagens plásticas e de papelão, além de remover e dar destinação ambientalmente adequada às persianas antigas substituídas.

5.1.1.2.5.3. O pagamento final está condicionado à apresentação dos Certificados de Destinação Final de Resíduos - CDFR ao Fiscal Administrativo.

5.1.1.3. O cronograma de execução é dinâmico e condicionado ao avanço da reforma. A Administração não emitirá um cronograma com datas fixas, mas sim marcos de execução baseados na liberação dos setores. A prioridade inicial de instalação é definida pela Divisão Administrativa, visando garantir a operacionalidade imediata das funções essenciais da Câmara.

5.1.1.4. Detalhamento das etapas e períodos:

Etapas de execução	Prazo / Marco temporal	Condição precedente
Mobilização e medição	Até 5 dias úteis após a OES	Emissão da Ordem de Execução de Serviço
Produção em fábrica	Até 15 dias úteis	Validação das medidas pelo Fiscal Técnico
Transporte e instalação	Até 5 dias úteis	Finalização da confecção e agendamento
Testes e ajustes	Imediato após instalação	Conclusão da montagem física



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Recebimento provisório	Até 5 dias úteis	Entrega total do lote solicitado
Recebimento Definitivo	Até 5 dias úteis	Ateste de conformidade e CDFR

5.1.1.5. A periodicidade das solicitações será intermitente, respeitando a vigência de 1 (um) ano da Ata de Registro de Preços e a dotação orçamentária do exercício de 2026.

5.1.1.6. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços vinculados à Câmara Municipal de Cubatão, exigindo da contratada logística de transporte e equipe técnica aptas a atender ambos os locais simultaneamente se necessário:

5.1.1.6.1. **Edifício sede:** Praça dos Emancipadores, s/nº, Centro, Cubatão/SP, CEP: 11510-039, local onde se concentra a maior volumetria de instalação, totalizando 148,15 m².

5.1.1.6.2. **Prédio Anexo (estacionamento dos servidores):** Rua Embaixador Pedro de Toledo, 721, Centro, Cubatão/SP (situado ao lado da sede). Destinado à sala dos motoristas, totalizando 23,43 m².

5.1.1.7. Os serviços de instalação deverão ser realizados de **segunda a sexta-feira, das 10h às 17h**. Esse horário coincide com o período administrativo desta Casa Legislativa, facilitando o acompanhamento pela fiscalização técnica e pela equipe de manutenção. Eventuais necessidades de instalação em horários diferenciados, como à noite ou finais de semana, decorrentes da realização de sessões plenárias ou audiências públicas, deverão ser acordadas com antecedência mínima de 48 horas junto ao Gestor da Contratação, sem ônus adicional para a Câmara.

5.2. Rotinas a serem cumpridas

5.2.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo, fundamentadas na gestão de riscos e requisitos técnicos do objeto:

5.2.1.1. Após a emissão da OES e preferencialmente após o término das obras civis em cada setor, sobretudo pintura e gesso, a contratada deve realizar a conferência final das medidas de cada vão de janela. Essa rotina visa evitar erros de fabricação milimétricos e garantir o transpasse técnico de 10 cm em cada lado, essencial para a eficácia térmica e privacidade.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.2.1.2. As persianas devem ser produzidas no modelo *double vision*, com tecido 100% poliéster na cor preta, assegurando a paridade cromática entre os lotes para preservar a identidade visual da Câmara. O sistema de acionamento deve ser verificado quanto à resistência da corrente de nylon e à estabilidade do bandô de alumínio antes do transporte.

5.2.1.3. A fixação dos suportes e bandôs em paredes ou tetos de gesso/drywall deve ser obrigatoriamente acompanhada por servidor designado que conheça as plantas da reforma predial. Essa medida é preventiva contra o risco de perfuração acidental de tubulações hidráulicas ou redes elétricas embutidas.

5.2.1.4. Concluída a montagem, a contratada realizará testes de abertura e fechamento em todas as peças, validando o alinhamento das faixas horizontais e o funcionamento suave dos mecanismos manuais. O Fiscal Técnico realizará o recebimento provisório confrontando a funcionalidade física com os requisitos do Edital.

5.2.1.5. A contratada é obrigada a remover e dar destinação ambientalmente correta às persianas antigas substituídas e a recolher todas as embalagens plásticas e de papelão geradas, apresentando os Certificados de Destinação Final de Resíduos - CDFR ao Fiscal Administrativo.

5.3. Materiais a serem disponibilizados

5.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.3.1.1. **Conjunto de persianas double vision:** composto por tecido 100% poliéster na cor preta, gramatura situada entre 145 g/m² a 390 g/m², com estabilidade dimensional e filtro UV de alto desempenho. Inclui bandô protetor superior em alumínio reforçado com acabamento em pintura eletrostática e sistema de acionamento manual por corrente de nylon bola 10 e pêndulo tensionador.

5.3.1.2. **Acessórios de fixação técnica:** suportes reforçados em alumínio ou aço galvanizado, buchas de nylon especiais para superfícies de gesso/drywall e alvenaria, conforme o substrato local, e parafusos com tratamento anticorrosivo, adequados à salinidade da região.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.3.1.3. **Equipamentos e consumíveis de obra:** furadeiras industriais equipadas com coletores de pó/resíduos, níveis laser de alta precisão para alinhamento das faixas horizontais, materiais de limpeza para remoção de eventuais sujidades pós-instalação e sacaria adequada para o recolhimento de embalagens e sobras de materiais para logística reversa.

5.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4.1. A demanda da Câmara tem como base as seguintes características, que devem ser integralmente consideradas pelas licitantes na composição de seus preços:

5.4.1.1. Os serviços abrangem dois endereços distintos (edifício sede e prédio anexo), exigindo logística de transporte e deslocamento de equipe aptas a atender ambos os locais simultaneamente se requisitado.

5.4.1.2. A licitante deve considerar que a fabricação é sob medida e só poderá ser iniciada após a validação *in loco* das dimensões finais, que podem sofrer variações milimétricas em virtude dos acabamentos de gesso e pintura da reforma predial em curso.

5.4.1.3. As furações para fixação ocorrerão em ambientes recém-reformados, com presença de infraestrutura elétrica e hidráulica embutida. A proposta deve contemplar equipe técnica qualificada para atuar sob supervisão, assumindo a responsabilidade integral por eventuais danos causados à rede física da Câmara.

5.4.1.4. O dimensionamento deve prever equipamentos de elevação e manuseio específico para persianas de grandes dimensões, como as do Plenário, que possuem superfície unitária de 18,25 m² e exigem precisão absoluta no alinhamento das faixas horizontais.

5.4.1.5. O preço deve incluir todos os custos para a retirada e descarte ambientalmente adequado das persianas antigas e resíduos de instalação, condicionado à apresentação de certificados de destinação final para liberação do pagamento.

5.5. Especificação da garantia do serviço

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

de, no mínimo **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5.1.1. A garantia técnica deve cobrir tanto eventuais defeitos de fabricação dos materiais empregados (tecido 100% poliéster, bandô de alumínio e componentes poliméricos) quanto vícios ou falhas decorrentes do serviço de instalação técnica (fixação e alinhamento).

5.5.1.2. Durante o período de vigência da garantia, a contratada deverá prestar assistência mediante suporte assistido, garantindo a funcionalidade plena dos ambientes administrativos e a operacionalidade dos mecanismos de acionamento manual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Portaria CMC nº 384/2025, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Câmara e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A utilização de e-mail institucional garante o registro histórico para fins de controle interno e auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme exigido pelo artigo 247 da Portaria 384/2025.

6.4. A Câmara poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente no que tange a correções de alinhamento de faixas ou reparos em mecanismos de acionamento que apresentem falhas nos primeiros dias de uso.

6.5. Após a assinatura do contrato, a Câmara poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.5.1. O plano conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, incluindo a conferência métrica *in loco*, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.2. A reunião inicial é a oportunidade para alinhar o cronograma de entrega parcelada com a liberação das salas reformadas.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada **deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de instalação e montagem das persianas e bandôs.**

6.7.1. A obrigatoriedade da presença do preposto fundamenta-se na necessidade de supervisão direta de uma equipe qualificada para lidar com furações em ambientes recém-reformados, minimizando o risco de danos às redes de lógica, eletricidade e hidráulica apontados no Risco 6 do Mapa de Riscos. O preposto deve atuar como o elo técnico capaz de tomar decisões imediatas sobre suportes de fixação em gesso ou alvenaria.

6.8. A Câmara poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor, pelo Fiscal Técnico e pelo Fiscal Administrativo, ou pelos respectivos substitutos, na forma do art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 16 da Portaria CMC nº 384/2025.

6.10. Os agentes responsáveis serão designados formalmente pela autoridade máxima da Câmara, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação e a respectiva ciência expressa dos agentes quanto às suas atribuições específicas.

6.11. A fiscalização técnica incidirá sobre a conformidade física do objeto, a saber, persianas *double vision*, gramatura do poliéster e bandôs, e o acompanhamento das furações para evitar



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

danos estruturais, enquanto a fiscalização administrativa monitorará a manutenção das condições de habilitação e a documentação para liquidação da despesa.

Fiscal técnico

6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Câmara Municipal de Cubatão.

6.13. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme exige o art. 20, inciso II, da Portaria 384/2025.

6.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a regularização.

6.15. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17. O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação da Ata de Registro de Preços ou nova contratação.

6.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas específicas para o objeto:

6.18.1. Validar as medidas finais dos vãos de janelas após o acabamento da reforma predial, como pintura e gesso, e antes da confecção das peças, garantindo o transpasse técnico de 10 cm;

6.18.2. Acompanhar presencialmente a fixação dos suportes para prevenir perfurações acidentais em tubulações hidráulicas ou infraestrutura elétrica embutida, consultando as plantas da reforma;

6.18.3. Verificar se o tecido entregue é 100% poliéster, na cor preta e com gramatura compatível com a faixa de 145 g/m² a 390 g/m²;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.18.4. Confirmar se o bandô de alumínio possui acabamento em pintura eletrostática e se não há variação cromática entre lotes de persianas instaladas em setores adjacentes;

6.18.5. Realizar testes de abertura e fechamento em 100% das unidades, validando o alinhamento das faixas horizontais e a fluidez do acionamento manual por corrente;

6.18.6. Certificar o recolhimento de embalagens e a destinação final ambientalmente adequada de persianas antigas, mediante conferência do CDFR.

6.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Câmara ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscal administrativo

6.20. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, nos termos do art. 21 da Portaria CMC nº 384/2025.

6.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.22. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas adaptadas ao objeto:

6.22.1. Realizar consulta obrigatória ao SICAF e aos cadastros de inidôneos antes de cada liquidação financeira, para assegurar que a empresa mantém as condições de habilitação exigidas no edital, conforme o art. 265 da Portaria 384/2025;

6.22.2. Fiscalizar a validade da garantia de 5%, garantindo sua vigência durante a instalação e por 120 dias após o término do contrato, conforme os arts. 190 e 192 da Portaria 384/2025;

6.22.3. Verificar a alíquota de ISSQN para empresas optantes pelo Simples Nacional, aplicando 5% em caso de omissão na nota fiscal, e processar glosas por serviços não executados ou danos estruturais não reparados;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.22.4. Condicionar a liquidação da nota fiscal à apresentação dos Certificados de Destinação Final de Resíduos - CDFR das persianas antigas e embalagens, quando houver, conforme as diretrizes de sustentabilidade do ETP;

6.22.5. Confrontar as datas das Ordens de Execução de Serviço - OES com os prazos de entrega para fins de aplicação de multas de mora em caso de atraso injustificado.

Gestor da contratação

6.23. Cabe ao gestor do contrato as seguintes atribuições, em conformidade com o art. 19 da Portaria CMC nº 384/2025:

6.23.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, consolidando o registro de ocorrências, as alterações de cronograma decorrentes da reforma predial e a emissão das Ordens de Execução de Serviço - OES para cada um dos 12 setores identificados no ETP;

6.23.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais técnico e administrativo, informando à autoridade superior as situações que ultrapassem sua competência, especialmente no caso de danos estruturais críticos à rede física da Câmara;

6.23.3. Monitorar a manutenção das condições de habilitação da Contratada para fins de pagamento, anotando no relatório de riscos eventuais quaisquer problemas que obstem o fluxo normal da liquidação da despesa;

6.23.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações de confecção das persianas *double vision*, bandôs e instalação, com menção ao desempenho técnico e a eventuais penalidades aplicadas;

6.23.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos do Título VI da Portaria 384/2025;

6.23.6. Elaborar relatório final sobre a consecução dos objetivos da contratação e propor melhorias para as futuras adequações de infraestrutura da Casa;

6.23.7. Enviar a documentação de ateste à Divisão de Contabilidade e Finanças para liquidação, certificando que o valor da nota fiscal confere com o quantitativo de m² efetivamente instalado e validado pela fiscalização;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

6.23.8. Receber e dar encaminhamento imediato, conforme o inciso XI do art. 19 da Portaria 384/2025:

6.23.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, garantindo que a equipe de instalação contratada cumpra as diretrizes de urbanidade e respeito amplo estabelecidas no planejamento sustentável da Câmara;

6.23.8.2. a notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, agindo com diligência para evitar o comportamento negligente da Administração Pública e a responsabilidade subsidiária, em observância à tese fixada pelo STF no Tema 1118 de repercussão geral.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. O licitante ou a contratada que incidir nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ficará sujeito às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com esta Câmara Municipal de Cubatão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.1.1. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara.

7.1.2. As sanções previstas nos itens “a”, “c” e “d” deste item poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.2. Na aplicação das sanções a que se refere o item 7.1, serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Câmara;

b) as peculiaridades do caso concreto;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.2.1. São circunstâncias agravantes da sanção:

7.2.1.1. a existência de registro do licitante ou da contratada no Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções ou na Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

7.2.1.2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

7.2.1.3. a inércia deliberada do licitante ou da contratada em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

7.2.1.4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

7.2.2. São circunstâncias atenuantes da sanção:

7.2.2.1. a falha escusável do licitante ou da contratada;

7.2.2.2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou a contratada e que não sejam de fácil identificação por esses últimos;

7.2.2.3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;

7.2.2.4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da respectiva conduta.

7.3. A advertência será aplicada à contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Câmara.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.4. A **multa**, aplicável à contratada ou ao licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

7.4.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

- a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;
- b) 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, corridos, aplicada em acréscimo à da alínea “a”;
- c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

7.4.2. A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta seção.

7.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.4.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com esta Câmara, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

7.5. A sanção de **impedimento de licitar ou contratar no âmbito desta Câmara** será aplicada à contratada ou ao licitante pelas infrações administrativas previstas nas alíneas adiante especificadas do caput do artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, na seguinte conformidade:

- a) por 2 (dois) meses: deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Política Administrativa

b) por 4 (quatro) meses: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

c) por 1 (um) ano: dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

d) por 2 (dois) anos: dar causa à inexecução total do contrato.

7.5.1. Os prazos de que trata este item poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso pelo prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

7.6. A sanção de **declaração de inidoneidade** será aplicada à contratada ou ao licitante pelas infrações administrativas:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

f) se justificarem a imposição de penalidade mais grave:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2. dar causa à inexecução total do contrato;

3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

7.6.1. A aplicação da sanção prevista neste item impedirá a contratada ou o licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

7.6.1.1. O prazo a que alude este item poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos.

7.6.2. Para os fins da conduta de comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.

7.7. A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à Procuradoria Legislativa.

7.7.1. Nas contratações em que houver prestação de garantia, os emitentes desta deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7.2. Configurada a hipótese de aplicação de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data do recebimento da notificação, cabendo ao Gestor Legislativo da Câmara decidir sobre o sancionamento.

7.7.2.1. Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá a contratada ser comunicada de ambas as consequências da infração constatada para oportuna decisão conjunta.

7.7.3. Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

estáveis, designados por portaria do Presidente da Câmara, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.7.3.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

7.7.3.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7.7.3.3. Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

7.7.3.4. Os processos de responsabilização previstos neste item deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Procuradoria Legislativa da Câmara para fins de avaliação do seu processamento e análise jurídica.

7.7.3.5. Após a manifestação da Procuradoria Legislativa, o relatório final da comissão será encaminhado ao Gestor Legislativo da Câmara, a quem compete:

- a) aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar;
- b) encaminhar o processo ao Presidente da Câmara, autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

7.7.4. Da decisão do Gestor Legislativo da Câmara que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da intimação.

7.7.4.1. O recurso de que trata este item será dirigido ao Gestor Legislativo da Câmara, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida.

7.7.4.2. Caso o Gestor Legislativo da Câmara decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Presidente da



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Câmara, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

7.7.5. Da decisão do Presidente da Câmara que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

7.7.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

7.7.7. A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de notificação ao(s) responsável(eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Fornecimento ou na Ordem de Execução de Serviços, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina, ou para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.7.7.1. Os endereços de e-mail referidos neste item serão considerados de uso contínuo, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.7.7.2. Resultando infrutífera a intimação por meio do endereço eletrônico, será esta efetuada por meio do Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão.

7.8. A imposição das sanções previstas no presente instrumento não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Câmara Municipal de Cubatão.

7.9. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo Municipal - CADIN Municipal e as providências de inscrição do débito na Dívida Ativa do Município para cobrança judicial.

7.10. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

7.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.13. Independentemente da instauração de processo sancionatório, o Presidente da Câmara poderá determinar, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, a suspensão preventiva e imediata do contrato, quando a medida se revelar de interesse público, uma vez avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.14. Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo na Câmara Municipal de Cubatão.

7.14.1. Considera-se dia do começo do prazo:

- a) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;
- b) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

7.14.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

7.15. Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no SICAF, na Relação de Apenados, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

7.16. É admitida a reabilitação do licitante ou da contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

7.16.1. A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

7.17. Os débitos da Contratada para com a Câmara Municipal de Cubatão, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com a contratante.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios primordiais de aceitação:

8.1.1. Comprovação da execução do transpasse técnico de 10 cm em cada lado e na altura das persianas, garantindo a vedação luminosa total, e a verificação da paridade cromática na cor preta uniforme entre todos os lotes instalados em setores adjacentes;

8.1.2. Atestado de que a fixação dos suportes e bandôs de alumínio em paredes e tetos de gesso/drywall não causou danos às redes hidráulicas, elétricas ou de lógica da Câmara, conforme monitoramento presencial do Fiscal Técnico durante as furações;

8.1.3. Apresentação dos comprovantes de recolhimento das persianas antigas e sobras de instalação, acompanhados do Certificado de Destinação Final de Resíduos -



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

CDFR, como condição indispensável para a liquidação da última etapa financeira de cada Ordem de Execução de Serviço.

8.2. Do recebimento

8.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências contratuais.

8.2.1.1. Por se tratar de serviço por escopo, será considerado como fato gerador para o recebimento provisório a conclusão da instalação definitiva de 100% das persianas previstas na respectiva Ordem de Execução de Serviço - OES, acompanhada da realização bem-sucedida dos testes funcionais de acionamento e alinhamento.

8.2.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação integral dos serviços autorizados.

8.2.3. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que ateste a conformidade técnica, incluindo a validação da gramatura do poliéster e a qualidade da pintura eletrostática dos bandôs.

8.2.4. O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório mediante termo que comprove o cumprimento das exigências administrativas e a regularidade fiscal no SICAF.

8.2.5. Para efeito de faturamento, serão considerados os eventos de conclusão integral por setores, vedado o pagamento de itens isolados que não permitam o uso imediato do ambiente.

8.2.6. Ao final de cada evento de faturamento:

8.2.6.1. O fiscal técnico apurará o resultado das avaliações de desempenho baseadas nos indicadores de qualidade, podendo redimensionar os valores a pagar em caso de não conformidades funcionais;

8.2.6.2. O fiscal administrativo verificará a manutenção das certidões de regularidade fiscal e trabalhista da Contratada;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.2.7. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, as persianas em que se verificarem vícios, como tecidos desfiados ou mecanismos travando, cabendo à fiscalização reter o ateste da medição até o saneamento integral das pendências.

8.2.8. O recebimento provisório está condicionado à conclusão de todos os testes de campo funcionais e à entrega dos Manuais de Conservação e Higienização do material, se houver.

8.2.9. Os serviços poderão ser rejeitados se em desacordo com as especificações técnicas de cor preta uniforme e composição 100% poliéster, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.2.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, pelo Gestor da contratação, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.2.11. No ato do recebimento definitivo, o Gestor deverá:

8.2.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento das obrigações de confecção das persianas *double vision*, bandôs e instalação, com menção ao desempenho técnico e a eventuais penalidades aplicadas;

8.2.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação, como a ausência do CDFR ou danos não reparados à infraestrutura, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando as correções por escrito;

8.2.11.3. Emitir Termo de Recebimento Definitivo fundamentado na conformidade com o ETP;

8.2.11.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, após as glosas eventualmente aplicadas;

8.2.11.5. Enviar a documentação à Divisão de Contabilidade e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.2.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, será liberada a parcela incontroversa no prazo previsto para pagamento, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal específica para este fim, conforme o artigo 261 da Portaria 384/2025.

8.2.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.2.14. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança das instalações, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, mantendo-se a garantia técnica mínima de 12 meses.

8.3. Liquidação

8.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou fatura, o prazo para a liquidação da despesa será de até **10 (dez) dias úteis**, contados da data do seu recebimento oficial pelo Gestor da contratação.

8.3.1.1. Considerando que o valor total estimado da contratação situa-se abaixo do limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, o prazo de liquidação será reduzido para **5 (cinco) dias úteis**, mantida a possibilidade de prorrogação excepcional por igual período para diligências.

8.3.2. Para fins de liquidação, o Gestor verificará se a Nota Fiscal expressa os elementos essenciais, tais como: data de emissão, identificação do Contrato, setor de instalação das persianas, o valor exato dimensionado no Termo de Recebimento Definitivo e o destaque das retenções tributárias cabíveis.

8.3.3. Havendo erro na apresentação da fatura ou circunstância que impeça a liquidação, como a ausência do CDFR das persianas antigas ou embalagens, o prazo ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, sem ônus para a Câmara.

8.3.4. Antes de encaminhar a despesa para pagamento, o Gestor deverá realizar consulta obrigatória ao SICAF para verificar:

8.3.4.1. A manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.3.4.2. A existência de possíveis sanções que impeçam a contratação com a Administração Pública ou ocorrências impeditivas indiretas.

8.3.5. Constatada irregularidade no SICAF, a Contratada será notificada para regularizar a situação ou apresentar defesa em **5 (cinco) dias úteis**. Persistindo a falha e não sendo aceita a defesa, a Câmara comunicará os órgãos de fiscalização tributária e adotará as medidas para a rescisão contratual.

8.3.6. Havendo a efetiva execução e ateste das persianas instaladas, os pagamentos das etapas concluídas serão realizados normalmente até que se decida pela eventual rescisão, a fim de evitar o enriquecimento ilícito da administração

8.4. Prazo de pagamento

8.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da finalização da liquidação da despesa, mediante ordem bancária creditada na conta corrente indicada pela contratada, nos termos do artigo 268 da Portaria CMC nº 384/2025.

8.4.2. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva da Câmara, o valor devido será atualizado monetariamente entre a data final para o adimplemento e a data do efetivo pagamento, mediante aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro que venha a substituí-lo, conforme estabelecido no artigo 269 da Portaria CMC nº 384/2025.

8.5. Forma de pagamento

8.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, sendo considerada como data do pagamento o dia da emissão da respectiva ordem.

8.5.2. Quando do pagamento, a Divisão de Contabilidade e Finanças realizará as retenções tributárias na fonte em observância à legislação vigente, independentemente de eventuais erros ou omissões nos percentuais indicados na planilha de custos da Contratada.

8.5.3. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção na fonte de tributos federais (IRRF, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), desde que apresente documento oficial comprobatório de seu enquadramento.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.5.3.1. No entanto, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN devido pela optante do Simples Nacional será obrigatoriamente retido e recolhido pela Câmara na qualidade de substituto tributário, conforme o artigo 270, inciso II da Portaria 384/2025 e a legislação municipal de Cubatão.

8.5.3.2. A contratada deve destacar na Nota Fiscal a alíquota efetiva de ISSQN, de modo que sua ausência implicará na retenção pela alíquota máxima de 5%, por medida de prudência e proteção ao erário.

8.6. Antecipação de pagamento

8.6.1. A presente contratação **não permite a antecipação de pagamento**, considerando que a natureza do objeto e a sistemática de instalação parcelada permitem o fluxo regular de liquidação após a entrega de etapas.

8.6.1.1. A vedação justifica-se pela ausência dos requisitos de indispensabilidade e pela necessidade de manter a garantia do cumprimento integral do objeto contratado como condição precedente ao desembolso, nos termos do art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Portaria nº 384/2025.

8.7. Reajuste

8.7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, realizada em **31.3.2026**.

8.7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos dos artigos 232 e 233 da Portaria CMC nº 384/2025.

8.7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.7.4. Caso o índice IPCA venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o índice que vier a ser determinado pela legislação em vigor ou, na ausência desta, novo índice oficial eleito pelas partes via termo aditivo.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.7.5. O reajuste será realizado por **apostilamento**, conforme determina o artigo 232, § 1º, da Portaria CMC nº 384/2025, por se tratar de ato unilateral da Administração que registra a aplicação de cláusula contratual preexistente.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **licitação**, na modalidade **pregão**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

9.1.1.1. A adoção da modalidade pregão justifica-se pelo enquadramento do objeto como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 62 da Portaria CMC nº 384/2025.

9.1.1.2. O procedimento será realizado sob o **Sistema de Registro de Preços - SRP**, fundamentado na necessidade de instalações parceladas que acompanhem o cronograma da reforma predial e na incerteza métrica dos vãos de janelas antes dos acabamentos finais, conforme facultado pelo art. 313, parágrafo único, incisos II e III, da Portaria CMC nº 384/2025.

9.2. Regime de execução

9.2.1. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

9.2.1.1. A opção por este regime fundamenta-se na natureza do serviço de confecção sob medida, em que a remuneração deve ocorrer com base na medição da área efetivamente coberta em metros quadrados, permitindo ajustes precisos caso as dimensões finais das esquadrias sofram variações decorrentes de obras civis de gesso e pintura, evitando-se distorções no faturamento e assegurando o pagamento proporcional ao resultado entregue, conforme diretrizes de eficiência e economicidade da Portaria 384/2025.

9.3. Exigências de habilitação

9.3.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.3.1.1. Habilitação jurídica

9.3.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.1.1.4. Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. Nos termos da legislação vigente, empresas identificadas como EIRELI em seus atos constitutivos serão consideradas convertidas em SLU;

9.3.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.3.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei Federal n. 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso, em plena validade;

9.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

9.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

9.3.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, a saber, confecção e instalação de persianas;

9.3.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

concorre. Tratando-se de serviço de confecção sob medida e instalação, a regularidade focar-se-á nos tributos mobiliários - ISSQN.

9.3.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.1.2.8. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual - MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes municipal, uma vez que tal informação é suprida pela apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

9.3.1.2.9. Em atendimento ao art. 265, inciso VI, da Portaria 384/2025, o licitante deverá comprovar o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

9.4. Documentação complementar para cooperativas

9.4.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.4.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei Federal nº 5.764/1971;

9.4.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.4.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.4.1.4. O registro previsto na Lei Federal nº 5.764/1971, art. 107;



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.4.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.4.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.4.1.6.1. ata de fundação;

9.4.1.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.4.1.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.4.1.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.4.1.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.4.1.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;

9.4.1.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 48.361,54 (quarenta e oito mil trezentos e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela de condições gerais deste Termo de Referência.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratada, conforme especificado no Mapa de Riscos integrante do Estudo Técnico Preliminar e as diretrizes de precificação da Portaria CMC nº 384/2025.

10.3. Em virtude da adoção do **Sistema de Registro de Preços**, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

10.3.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.3.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. Serão reajustados os preços registrados mediante a aplicação do índice oficial previsto neste Termo de Referência, a saber, o IPCA, respeitada a contagem da anualidade, conforme os artigos 232 e 233 da Portaria CMC nº 384/2025.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da Autorização de Fornecimento, tendo em vista a adoção do Sistema de Registro de Preços.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não são classificadas como sigilosas**.

Cubatão/SP, data da assinatura digital.

Daniel José Feitosa Santos

Coordenador de Planejamento de Compras e Contratações - matrícula 2232



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo de Compra nº 22/2026

Objeto: Registro de Preços para a contratação de serviços de confecção sob medida e instalação de persianas modelo double vision, com tecido 100% poliéster na cor preta, incluindo bandô de alumínio e acionamento manual, destinadas a equipar a sede e o prédio anexo da Câmara Municipal de Cubatão.

À Câmara Municipal de Cubatão

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____, telefone () _____, e-mail _____, abaixo assinada por seu representante legal, propõe prestar o serviço objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes do Edital e seus anexos, pelos preços unitários e totais abaixo descritos:

Item	Especificação	Unidade	Marca / Fabricante	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Serviços de confecção sob medida e instalação de persianas modelo <i>double vision</i> , com tecido 100% poliéster na cor preta, incluindo bandô de alumínio e acionamento manual, destinadas a equipar a sede e o prédio anexo da Câmara Municipal de Cubatão.	M²		171,58	R\$	R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						R\$

DETALHAMENTO TÉCNICO DO OBJETO OFERTADO

Tecido: 100% poliéster com proteção UV.

Gramatura do tecido:

Acabamento: bandô em alumínio com pintura eletrostática.

Garantia técnica: mínimo de 12 (doze) meses após o recebimento definitivo.

Prazo de Entrega/Instalação: conforme Ordem de Execução de Serviço, respeitados os marcos do TR.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A empresa abaixo assinada, por meio de seu representante legal, declara formalmente:

Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua apresentação no sistema.

Os preços ofertados compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas, previdenciários, tributários, inclusive retenção de ISSQN, encargos sociais, fretes, logística reversa de embalagens e persianas antigas, ferramentas e lucro, não sendo admitido qualquer pleito de pagamento adicional.

Declara que conhece as condições e peculiaridades do local de instalação e assume integralmente os riscos decorrentes de eventuais erros de dimensionamento ou dificuldades de instalação, caso opte por não realizar a vistoria prévia recomendada.

Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme previsto em lei.

Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

Compromete-se a adotar práticas de logística reversa e apresentar os Certificados de Destinação Final de Resíduos - CDFR como condição para o pagamento.

Declara que a proposta foi elaborada de forma independente e em conformidade com o marco legal anticorrupção.

Inexiste qualquer vínculo de natureza técnica ou civil com agentes públicos da Câmara Municipal de Cubatão que impeça a participação neste certame.

Aceita todas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Minuta da Ata de Registro de Preços, submetendo-se integralmente às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao regramento interno da Câmara pela Portaria nº 384/2025.

ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

A licitante declara ser:

() Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP).

() Optante pelo Simples Nacional.

() NÃO optante pelo Simples Nacional.

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente:

_____ Chave PIX (se houver): _____

Local e data: _____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante legal

Nome completo

CPF

Cargo/Função



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026

ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE COMPRA Nº 22/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º/.....

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO**, com sede na Praça dos Emancipadores, s/nº, Centro, na Cidade de Cubatão/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.642.635/0001-23, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr....., RG nº....., CPF nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade **pregão, na forma eletrônica**, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2026, publicada no de/...../202....., **Processo de Compra nº 22/2026**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Portaria CMC nº 384, de 28 de novembro de 2025, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de serviços de **confeção sob medida e instalação de persianas modelo *double vision*, com tecido 100% poliéster na cor preta, incluindo bandô de alumínio e acionamento manual, destinadas a equipar a sede e o prédio anexo da Câmara Municipal de Cubatão.**

1.2. O objeto está especificado no **item único** do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, as quais vinculam a Contratada independentemente de transcrição

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Especificação	Unidade	Marca / Fabricante	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1		M²		171,58	R\$	R\$



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Item	Especificação	Unidade	Marca / Fabricante	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	Serviços de confecção sob medida e instalação de persianas modelo <i>double vision</i> , com tecido 100% poliéster na cor preta, incluindo bandô de alumínio e acionamento manual, destinadas a equipar a sede e o prédio anexo da Câmara Municipal de Cubatão.					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						R\$

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

- 3.1. O órgão gerenciador será a Câmara Municipal de Cubatão.
- 3.2. Além do gerenciador, **não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. **Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação** por órgãos ou entidades não participantes ("caronas"), em observância ao planejamento consolidado no Plano de Contratações Anual - PCA 2026.
- 4.2. A vedação fundamenta-se no caput do art. 213 da Portaria CMC nº 384/2025, bem como no fato de que o modelo de fiscalização técnica e administrativa exige o controle em tempo integral do saldo e da vantajosidade dos preços frente ao mercado, e que a contratação foi dimensionada de forma exclusiva para atender ao Documento de Oficialização da Demanda - DOD.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2. Cada contrato decorrente da ata de registro de preços observará, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Antes da formalização de cada contrato deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela Câmara por intermédio de instrumento contratual, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.2.1. Cada contrato deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.2.2. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.3. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.3.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.3.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.3.2.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.3.2.2. mantiverem sua proposta original.
- 5.3.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.4. O registro a que se refere o item 5.3.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

5.6.2. quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nesta Ata e no Edital.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada, preferencialmente, por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto nesta Ata, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.11.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador quando o fornecedor:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a Autorização de Fornecimento no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Cubatão, de de 2026.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
Item	Especificação	Unidade	Marca / Fabricante	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Serviços de confecção sob medida e instalação de persianas modelo <i>double vision</i> , com tecido 100% poliéster na cor preta, incluindo bandô de alumínio e acionamento manual, destinadas a equipar a sede e o prédio anexo da Câmara Municipal de Cubatão.	M²		171,58	R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
Item	Especificação	Unidade	Marca / Fabricante	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Serviços de confecção sob medida e instalação de persianas modelo <i>double vision</i> , com tecido 100% poliéster na cor preta, incluindo bandô de alumínio e acionamento manual, destinadas a equipar a sede e o prédio anexo da Câmara Municipal de Cubatão.	M²		171,58	R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____ CONTRATADO: _____ AUTORIZAÇÃO _____ DE
FORNECIMENTO Nº (DE ORIGEM): __ OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: __

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: __

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____

Assinatura: ____

Pela contratada:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____

Assinatura: ____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____

Assinatura: ____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _

Cargo: _

CPF: ____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _

CPF: ____

Assinatura: ____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo e assinatura)



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026

ANEXO V - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO E A EMPRESA.....

Pelo presente instrumento, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO**, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, com sede na Praça dos Emancipadores, s/nº, Bloco Legislativo, Centro, Cubatão/SP, CEP 11510-039, inscrita no CNPJ sob o nº 51.642.635/0001-23, neste ato representada por seu Presidente, Sr., RG nº, CPF nº, e de outro lado a empresa, com sede na Av/Rua, nº, bairro, município, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo Sr., RG nº, CPF nº, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo de Compra nº 22/2026** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Portaria CMC nº 384/2025, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº ____/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de confecção sob medida e instalação de persianas modelo *double vision*, com tecido 100% poliéster na cor preta, incluindo bandô de alumínio e acionamento manual, destinadas a equipar a sede e o prédio anexo da Câmara Municipal de Cubatão**, conforme as especificações, condições e quantidades estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Serviços de confecção sob medida e instalação de persianas modelo <i>double vision</i> , com tecido 100% poliéster na cor preta, incluindo bandô de alumínio e	M²	171,58	R\$	R\$



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	acionamento manual, destinadas a equipar a sede e o prédio anexo da Câmara Municipal de Cubatão.				
VALOR TOTAL					R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da **data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial Eletrônico do Município de Cubatão**, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133.2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento e conforme o disposto no artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, e no artigo 215 da Portaria CMC nº 384/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e medidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em estrita observância ao instrumento contratual, ao Termo de Referência e às normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Portaria CMC nº 384/2025;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, procedendo aos ritos de recebimento provisório e definitivo de acordo com a segregação de funções instituída pela Administração, conforme os artigos 248 a 262 da Portaria CMC nº 384/2025;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, formalmente e por escrito, sobre a verificação de vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades na execução do objeto, fixando prazo razoável para que elas sejam substituídas, reparadas ou corrigidas, total ou parcialmente, às expensas exclusivas da CONTRATADA, certificando-se de que as soluções apresentadas sejam as mais adequadas aos padrões de qualidade exigidos pela Câmara;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, por meio de agentes especificamente designadas e notificadas para as funções de Gestor da Contratação, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, ou seus respectivos substitutos, nos termos dos artigos 16 a 22 da Portaria CMC nº 384/2025;

8.1.5. Comunicar a CONTRATADA para a emissão de Nota Fiscal ou Fatura relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeitos de liquidação e pagamento, sempre que houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade ou quantidade de parte do serviço executado, em estrita observância ao art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao art. 261 da Portaria CMC nº 384/2025;

8.1.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, respeitado o cronograma físico-financeiro e os ritos de ateste, nos prazos, formas



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência, observando os prazos de liquidação de até 10 (dez) dias úteis (ou 5 dias úteis para pequenas despesas) e pagamento em até 10 (dez) dias úteis, conforme os artigos 263 a 268 da Portaria CMC nº 384/2025;

8.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas na legislação vigente e neste instrumento, garantindo-se sempre o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, nos moldes do Título VI da Portaria CMC nº 384/2025;

8.1.8. Notificar as emitentes das garantias contratuais quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas, em conformidade com o § 4º do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o artigo 274, inciso III, da Portaria CMC nº 384/2025;

8.1.9. Prestar à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários para a perfeita execução dos serviços, fornecendo, sempre que possível, as plantas das instalações embutidas ou orientações técnicas para evitar danos à infraestrutura predial durante a fixação das persianas;

8.1.10. Garantir o livre acesso das empregadas e empregados da CONTRATADA, desde que devidamente identificados e autorizados, às dependências da sede e do prédio anexo da Câmara, para a realização de medições in loco e serviços de instalação técnica, em horários compatíveis com o expediente administrativo ou conforme acordado com o Gestor da Contratação;

8.1.11. Emitir a Ordem de Execução de Serviço - OES de forma planejada, acompanhando a evolução da reforma física das dependências, para viabilizar as instalações de forma parcelada, conforme faculta o Sistema de Registro de Preços adotado;

8.1.12. Responder a eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela CONTRATADA, ou a qualquer outra reclamação contratual, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, em conformidade com o art. 123 da Lei Federal nº 14.133/2021 e a Portaria 384/2025;

8.1.13. Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, nas circunstâncias previstas no art. 93, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, resguardando os direitos patrimoniais e as responsabilidades envolvidas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados, mantendo-se a responsabilidade integral do particular pela operação técnica e gestão de pessoal.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. No caso das persianas *double vision*, isso inclui a substituição de tecidos que apresentem fios puxados, variações de tonalidade no lote preto ou falhas nos mecanismos de acionamento manual em nylon. A garantia técnica mínima de 12 meses deve ser observada.

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os documentos comprobatórios de regularidade social, fiscal e trabalhista.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.8. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. Isso inclui a suspensão imediata de furações caso se suspeite da presença de dutos de gás ou eletricidade não mapeados.

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta.

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas. A CONTRATADA deve estar apta a demonstrar sua política de inclusão se solicitada pela fiscalização administrativa.



Câmara Municipal de Cubatão **Estado de São Paulo**

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato. No ambiente legislativo, a equipe de instalação pode ter acesso a gabinetes e documentos sensíveis, sendo a confidencialidade uma obrigação absoluta.

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE. Isso inclui o uso obrigatório de EPIs adequados para instalação em altura e o respeito às normas de circulação interna da Câmara.

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados. A equipe técnica deve ter experiência em persianas de grande porte e no manuseio de níveis laser e furadeiras com coletores de pó, visando a preservação da reforma predial.

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos. Isso envolve a conferência métrica in loco, a produção em fábrica sob medida, o transporte seguro e a instalação técnica acompanhada pela fiscalização.

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência. É obrigação da CONTRATADA o fornecimento dos bandôs de alumínio com pintura eletrostática e dos suportes reforçados.

9.18. Conduzir os trabalhos com observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina. A remoção de embalagens e sobras de alumínio/polímeros deve ser imediata após a instalação de cada lote.

9.19. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere. Qualquer alteração na fixação deve ser validada pelo Fiscal Técnico.

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho. A Portaria 384/2025 exige que a CONTRATADA assegure ambiente seguro para seus instaladores, mesmo operando em dependências da Câmara.

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados. A conformidade com a dignidade da pessoa humana é monitorada pela fiscalização administrativa e pelo Gestor.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na lista de piores formas de trabalho infantil. A instalação de persianas em grandes alturas ou com ferramentas pesadas é vedada a menores.

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho. Os empregados da CONTRATADA devem adotar postura de urbanidade e respeito amplo aos servidores e ao público, seguindo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-la na execução do contrato. O preposto deve atuar como elo técnico, decidindo sobre furações e suportes em ambientes críticos como o Plenário e a sala dos motoristas.

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato. Esta proibição visa garantir a moralidade administrativa conforme o art. 48 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato. Isso inclui a comprovação da gramatura do tecido através de laudos do fabricante.

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato. A Câmara não se responsabiliza por ferramentas deixadas no local fora do horário administrativo.

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho. A CONTRATADA deve prover as condições logísticas para sua equipe técnica nos dois endereços de Cubatão.

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso. O uso de óculos de proteção e protetores auriculares durante as furações é obrigatório para preservar a saúde dos instaladores e servidores próximos.

9.31. Garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato. A fiscalização técnica acompanhará presencialmente as furações para prevenir danos às redes embutidas.

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

de Referência, no prazo determinado. O cronograma de 12 meses deve ser respeitado conforme a liberação das salas reformadas.

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração. Isso inclui horários de silêncio durante sessões plenárias e o uso de crachás de identificação.

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função. Instaladores não devem ser desviados para manutenção predial geral da Câmara.

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica na Praça dos Emancipadores, s/nº, Centro (Sede) e na Rua Embaixador Pedro de Toledo, 721 (Anexo), Cubatão/SP. A garantia de 12 meses exige assistência in loco caso os mecanismos apresentem falhas.

9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição para realizar os ajustes e reparos necessários durante o período de garantia técnica, assumindo todos os custos de transporte e equipe, independente da distância da sede da CONTRATADA.

9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços. Isso envolve a entrega dos Manuais de Conservação e Higienização das persianas double vision, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

10.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.11. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.13. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

13.13.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

13.13.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica a CONTRATADA obrigada a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las à CONTRATANTE, que



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido à CONTRATADA.

13.15. A CONTRATANTE poderá ainda:

13.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

13.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a CONTRATANTE, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos arts. 227 a 231 da Portaria nº 384/2025.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, com minuta elaborada exclusivamente pela Procuradoria Legislativa e assinada pelas partes obrigatoriamente antes do início da execução das modificações, sendo vedada a antecipação de efeitos sem cobertura contratual válida.

14.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 232 da Portaria nº 384/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Cubatão deste exercício, na Dotação



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

XXXXXXX, informada pela Divisão de Contabilidade e Finanças da Câmara Municipal de Cubatão nos autos do processo.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, na Portaria CMC nº 384/2025, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da mesma lei, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cubatão/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cubatão/SP, _____ de _____ de 2026.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

1 –

2 –



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____ CONTRATADO: _____ CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
_____ OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: ____



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____ Cargo: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo e assinatura)



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

493º Ano da Fundação do Povoado e
77º de Emancipação Político Administrativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU DE RENÚNCIA DE VISTORIA

A empresa (razão social completa), inscrita no CNPJ/MF sob o n. (xxxxxxxxx), sediada na (endereço completo), telefone (xxxxxx), e-mail (xxxxxx), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). (nome completo), portador(a) do (documento de identidade oficial), abaixo assinado, **DECLARA**, em cumprimento ao disposto no item 4.4. do Termo de Referência, que **REALIZOU VISTORIA** e que conhece as condições locais para execução do objeto, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará como argumento para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Câmara Municipal de Cubatão.

(Cidade), (dia) de (mês) de 2026.

(Nome, CPF e assinatura do representante legal)

OU

A empresa (razão social completa), inscrita no CNPJ/MF sob o n. (xxxxxxxxx), sediada na (endereço completo), telefone (xxxxxx), e-mail (xxxxxx), por intermédio de seu representante legal, Sr(a). (nome completo), portador(a) do (documento de identidade oficial), abaixo assinado, **DECLARA**, em cumprimento ao disposto no item 4.4. do Termo de Referência, que **RENUNCIOU AO DIREITO DE REALIZAR VISTORIA** e que conhece as condições locais para execução do objeto, tendo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará como argumento para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Câmara Municipal de Cubatão.

(Cidade), (dia) de (mês) de 2026.

(Nome, CPF e assinatura do representante legal)